



27211492



08084.004959/2023-48



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

NOTA TÉCNICA Nº 15/2024/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ

PROCESSO Nº 08084.004959/2023-48

INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E SERVIÇOS GERAIS

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se da consolidação da análise da proposta comercial e da habilitação do fornecedor **G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA, CNPJ nº 07.094.346/0001-45**, décimo quarto colocado no Pregão Eletrônico nº 14/2023 (UASG 200005) realizado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), cujo objeto é a prestação dos serviços de apoio administrativo, para o cargo de Apoio Administrativo Nível II, visando atender as necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na cidade de Brasília/DF, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital PE nº 14/2023 (SEI nº 26154550).

2. DA NEGOCIAÇÃO

2.1. Convocada, via chat, para negociação, nos termos dos itens 5.22. do Edital, a empresa pronunciou-se quanto à impossibilidade de ser ofertada melhor proposta.

3. DAS DILIGÊNCIAS

3.1. Em análise preliminar da Unidade Demandante, consignada na Nota Técnica 17 (SEI nº 27406911), e da Unidade de Licitações, verificou-se a necessidade da promoção da Diligência nº 10 (SEI nº 27430475), com vistas a complementar/esclarecer a instrução processual, conforme se segue:

(...)

1. No interesse do Pregão Eletrônico nº 14/2023 realizado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (UASG 200005) cujo objeto é a contratação de serviços de apoio administrativo para o cargo de Apoio Administrativo Nível II, com fulcro no artigo 64 da Lei nº 14.133 e item 6.10 do Edital, encaminho a presente diligência com o fito de esclarecer/complementar a instrução processual.

2. Em análise preliminar da proposta comercial encaminhada, a área demandante, por meio da Nota Técnica nº 17/2024/SEPAC/COSEG/CGDS/SAA/SE/MJ (SEI nº 27406911), em anexo, aduziu a necessidade de esclarecimentos quanto aos pontos que se seguem:

2.1. Após análise da planilha de custos apresentada pela empresa G4F, observou-se a necessidade de alguns ajustes/esclarecimentos:

Seguro Acidente de Trabalho - SAT (Submódulo 2.2, item C, da planilha analítica de custos):

2.2.A licitante apresentou uma cotação de 0,9854% para o componente de custo denominado Seguro Acidente de Trabalho - SAT (Submódulo 2.2, item C, da planilha analítica de custos). No entanto, uma análise dos documentos apresentados revela que o documento SEFIP/GFIP, emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, indica que o percentual do Risco Ambiental do Trabalho - RAT, relacionado à atividade principal da empresa (CNAE), é de 1%, enquanto o percentual do Fator Acidentário de Prevenção - FAP aplicável à empresa é de 0,5%. Consequentemente, considerando que o SAT é calculado multiplicando-se o percentual do FAP pelo percentual do RAT ($SAT = FAP \times RAT$), deduz-se que a empresa deveria ter cotado 0,5% para essa rubrica em sua planilha de custos. Portanto, a licitante deve realizar os ajustes necessários em sua planilha de custos ou fornecer documentos apropriados para justificar o percentual utilizado, acompanhados das devidas explicações.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários:

2.3. No que concerne ao Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários, a licitante incorporou em sua planilha de custos os benefícios Auxílio Saúde, Seguro de Vida e Benefício Social e Familiar, previstos nas cláusulas décima quinta, décima sétima e décima oitava da CCT registrada no MTE sob o nº DF000552/2023.

2.4. Entretanto, é necessário observar o que está disposto no item 4.1.3 do Termo de Referência:

4.1.3. O contratante não se vinculará às disposições contidas em ACT, CCT ou DCT que tratem do pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, na forma disposta no artigo 6º da IN SEGES nº 5, de 2017, consoante entendimento exposto nos pareceres nº 00710/2019/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (SEI nº 9096096) e nº 00776/2021/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (SEI nº 15238660). (Grifo nosso)

2.5. O Parecer nº 00710/2019/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (SEI nº 9096096) tratou de forma bastante sistematizada sobre os requisitos necessários para que a Administração se vincule a cláusulas de instrumentos coletivos de trabalho:

18. Assim, esquematicamente, a partir da dicção das normas acima transcritas, observa-se que a vinculação da Administração aos instrumentos coletivos necessita que a cláusula coletiva: (a) disponha sobre direito ou benefício de natureza trabalhista; (b) não trate a respeito de participação dos trabalhadores nos lucros da empresa ou veicular direitos não trabalhistas e não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários e preços mínimos de insumos relacionados ao exercício da atividade; e (c) não traga obrigações e direitos que somente oneram a tomadora de serviços (no caso, a Administração Pública). (Grifo nosso)

2.6. A ausência de vinculação da administração pública federal a disposições previstas tão somente em Convenções Coletivas de Trabalho que estabeleçam direitos não previstos em lei, como é o caso dos benefícios referentes a Auxílio Saúde, Seguro de Vida e Benefício Social e Familiar, encontra fundamento no art. 9º, parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 9.507/2018, e no art. 6º, da Instrução Normativa nº 5, de 26/05/2017, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que assim preceituam:

Decreto nº 9.507/2018:

Art. 9º Os contratos de prestação de serviços continuados que envolvam disponibilização de pessoal da contratada de forma prolongada ou contínua para consecução do objeto contratual exigirão:

I - apresentação pela contratada do quantitativo de empregados vinculados à execução do objeto do contrato de prestação de serviços, a lista de identificação destes empregados e respectivos salários;

II - o cumprimento das obrigações estabelecidas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato; e

III - a relação de benefícios a serem concedidos pela contratada a seus empregados, que conterá, no mínimo, o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação, quando esses forem concedidos pela contratante.

Parágrafo único. A administração pública não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:

I - pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa contratada;

II - matéria não trabalhista, ou que **estabeleçam direitos não previstos em lei**, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e

III - preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (Grifou-se)

Instrução Normativa nº 5, de 26/05/2017:

Art. 6º **A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho** que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou **que estabeleçam direitos não previstos em lei**, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. **É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.** (Grifou-se)

2.7. Essa questão também foi abordada durante os esclarecimentos prestados antes da fase de lances do PE 14/2023:

Pergunta 1: "Benefícios mensais como plano de saúde, auxílio odontológico e funeral deverão ser cotados? As empresas que não cotarem serão desclassificadas?"

Resposta 1: As licitantes não deverão cotar os benefícios plano de saúde, auxílio odontológico e funeral. É vedada a inclusão na planilha de custos e formação de preços de item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017), ou de item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017).

2.8. Dessa forma, conclui-se que a licitante deverá retirar as rubricas inseridas nos itens C, D e E do Submódulo 2.3 de sua planilha de custos e formação de preços.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

2.9. A proponente apresentou declaração afirmando estar enquadrada como contribuinte da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB (Lei nº 12.546/2011), tendo incorporado em suas planilhas o percentual de contribuição de 4,5% sobre a receita bruta em substituição aos 20% que incidem sobre o montante da remuneração dos trabalhadores.

2.10. Dessa forma, a licitante deverá apresentar documentos hábeis a comprovar sua opção pela tributação da CPRB junto à Receita Federal do Brasil, tais como:

Cópia do recibo de entrega da Escrituração Fiscal Digital – EFD-Contribuições;

Cópia do recibo de entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf;

Cópia da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF;

Cópia do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF cujos códigos utilizados (2985 ou 2991) identifiquem o recolhimento da CPRB nos termos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil;

Outro(s) documento(s) expedido Receita Federal para fins de comprovação do regime de tributação e adequação da proposta.

(...)

3.1. Considerando a necessidade de fornecer informações adicionais e ajustar a planilha de custos e formação de preços, passamos a recapitular sinteticamente as providências a serem tomadas pela licitante para ajuste de sua proposta:

a) Ajustar o percentual relativo ao Seguro Acidente de Trabalho - SAT (Submódulo 2.2, item C, da planilha analítica de custos) para 0,5%, conforme percentual indicado em sua SEFIP/GFIP, ou fornecer documentos apropriados para justificar o percentual utilizado, acompanhados das devidas explicações;

b) Remover as rubricas incluídas nos itens C, D e E do Submódulo 2.3 de sua planilha de custos e formação de preços, relacionadas aos benefícios Auxílio Saúde, Seguro de Vida e Benefício Social e Familiar; e

c) Apresentar documentos comprovando a opção de sua tributação pela CPRB perante a Receita Federal do Brasil.

3. Ademais, requer-se o envio do Balanço Patrimonial do ano calendário 2022 nos moldes do Balanço Patrimonial do ano 2021, ou seja, com as informações contábeis anuais consolidadas referentes ao período compreendido entre JANEIRO/22 a DEZEMBRO/22.

3.2. Tempestivamente, a empresa encaminhou sua respostas conforme documentos acostados aos autos sob SEI nº 27430475, dentre os quais afirma:

No interesse do Pregão Eletrônico nº 14/2023 realizado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (UASG 200005) cujo objeto é a contratação de serviços de apoio administrativo para o cargo de Apoio Administrativo Nível II, com fulcro no artigo 64 da Lei nº 14.133 e item 6.10 do Edital, encaminho a presente diligência com o fito de esclarecer/complementar a instrução processual.

Questionamento 1: Ajustar o percentual relativo ao Seguro Acidente de Trabalho - SAT (Submódulo 2.2, item C, da planilha analítica de custos) para 0,5%, conforme percentual indicado em sua SEFIP/GFIP, ou fornecer documentos apropriados para justificar o percentual utilizado, acompanhados das devidas explicações;

Resposta 01: Ajuste realizado

Questionamento 2: Remover as rubricas incluídas nos itens C, D e E do Submódulo 2.3 de sua planilha de custos e formação de preços, relacionadas aos benefícios Auxílio Saúde, Seguro de Vida e Benefício Social e Familiar; e

Resposta 02: Itens ajustados

Questionamento 3: Apresentar documentos comprovando a opção de sua tributação pela CPRB perante a Receita Federal do Brasil.

Resposta 03: DARF do código 2985 e comprovante de pagamento em anexo.

Questionamento 4: Ademais, requer-se o envio do Balanço Patrimonial do ano calendário 2022 nos moldes do Balanço Patrimonial do ano 2021, ou seja, com as informações contábeis anuais consolidadas referentes ao período compreendido entre JANEIRO/22 a DEZEMBRO/22

Resposta 04: Infelizmente não é possível o envio, uma vez que o arquivo encaminhado pela G4F relativo as demonstrações contábeis de 2022 é o mesmo enviado e aprovado pela Receita Federal, conforme exigência do Edital. A diferença na apresentação do ano de 2021 e 2022, é que para o ano de 2022 a G4F seguiu a estrutura de apuração do lucro, qual seja, Lucro Real com apuração trimestral.

4. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

4.1. Da análise empreendida por este pregoeiro, depreende-se que a proposta comercial (SEI nº 27399326) e a planilha de custos e formação de preços apresentada pela empresa (SEI nº 27445911) atende aos requisitos editalícios constantes na cláusula 4 do Edital nº 14/2023 (SEI nº 26154550), bem como segue o modelo propostos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

4.1.1. A licitante apresentou sua proposta conforme a tabela resumo a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTI	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL POR POSTO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Apoio Administrativo Nível II	posto/mês	35	9.823,33	343.816,55	4.125.798,60

4.1.2. Em sua proposta comercial (SEI nº 26800095), a licitante declara a utilização da seguinte convenção coletiva: Sindicato das Empresas de Serviços de Informática do Distrito Federal - SINDPD/DF – DF000552/2023

4.1.3. Instata a manifestar-se, a Unidade Demandante pronunciou-se favorável à aceitação da proposta, nos termos da Nota Técnica 18 (SEI nº 27435778):

A seguir apresentaremos a manifestação desta área técnica quanto aos itens de custo que compõem cada módulo da planilha analíticas de custos apresentada pela licitante:

MÓDULO 1 - Composição da Remuneração.

A proponente observou corretamente o salário indicado no item 5.5.6 do Termo de Referência.

MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios.

Submódulo 2.1 (13º salário e adicional de férias).

A empresa adotou os percentuais indicados no modelo de planilha de custos.

Submódulo 2.2 (Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições).

A proponente apresentou declaração afirmando estar enquadrada como contribuinte da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB (Lei nº 12.546/2011), tendo incorporado em suas planilhas o percentual de contribuição de 4,5% sobre a receita bruta em substituição aos 20% (INSS) que incidem sobre o montante da remuneração dos trabalhadores.

A fim de comprovar sua opção pela tributação da CPRB junto à Receita Federal do Brasil, a licitante encaminhou cópia do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF cujo código utilizado (2985) demonstra o recolhimento da CPRB nos termos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

No que concerne ao percentual variável do Risco Ambiental do Trabalho (RAT), a licitante apresentou cópia da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP, onde consta a informação de que o RAT ajustado a ser recolhido pela empresa equivale a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), em consonância com o percentual informado em sua planilha de custo.

Os percentuais das demais contribuições estão de acordo com o estabelecido pela legislação vigente.

Submódulo 2.3 (Benefícios mensais e diários).

Os valores para o vale-transporte estão condizentes com os estimados por esta área demandante, e a licitante não incluiu o custo do vale-transporte na planilha devido ao desconto de 6% dos funcionários ser superior ao custo estimado pela empresa.

Quanto ao auxílio alimentação, a licitante cotou o valor de R\$ 33,51 (trinta e três reais e cinquenta e um centavos), o que é condizente com a cláusula décima segunda da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 SINDESEI-DF/SINDPD-DF - homologada sob o registro n. DF000552/2023. Cabe destacar que, conforme entendimento consignado no Parecer n. 00439/2022/CONJUR-MJSP/CGU/AGU (SEI nº 17957159), da Consultoria Jurídica da União junto à esta Pasta Ministerial, *"o enquadramento sindical (e, por consequência, os instrumentos coletivos aplicáveis) é competência exclusiva da contratada"*, dessa forma, entendemos que a Administração não possui condições de aferir o acerto ou o desacerto na indicação do instrumento coletivo mais adequado ao objeto do contrato em questão, de modo que, em caso de qualquer controvérsia relativa à correta aplicação de norma coletiva, competirá à Justiça do Trabalho dirimi-las, nos termos do art. 625 da CLT.

MÓDULO 3 (Provisão para Rescisão), MÓDULO 4 (Custo de Reposição do Profissional Ausente) e MÓDULO 5 (Insumos Diversos).

Os valores aportados para esses módulos não apresentaram indicativo de valores excessivos ou inexequíveis em relação à estimativa inicial realizada na fase interna da licitação.

MÓDULO 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

Em relação aos impostos federais (PIS e COFINS), a licitante cotou os percentuais de acordo com as alíquotas médias dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, em conformidade com o que prescreve o item 4.5 do instrumento convocatório.

O percentual do ISS encontra-se compatível com a Lei Complementar n. 116/2003 e art. 38, inciso II, do Decreto Distrital n. 25.508/2005

Ante o exposto, com base na análise empreendida, concluímos que a proposta de preços e a planilha de custos estão em conformidade com as exigências do Termo de Referência.

5. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Os requisitos de qualificação técnica estão descritos no Anexo I do Edital do PE nº 14/2023 (SEI nº 26154550).

8.26. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.27. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.27.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.27.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um quantitativo mínimo de 35 postos de trabalho;

8.28. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.29. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.30. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.31. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.32. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em Brasília/DF, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

8.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.34. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

5.1.1. Da análise promovida pelo setor requisitante tem-se que a empresa atende aos requisitos editalícios, conforme consignado no item 3 da Nota Técnica 18 (SEI nº 27435778).

3. DA QUALIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO TÉCNICA

3.1. A licitante apresentou as declarações exigidas nos itens 8.25 e 8.32 do TR, afirmando que possui escritório localizado em Brasília e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.2. Adicionalmente, foram encaminhados diversos atestados de capacidade técnica, com destaque para o documento emitido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Este atestado confirma que a proponente já executou serviços compatíveis com o objeto da licitação, excedendo o quantitativo mínimo exigido conforme o item 8.27.2 do Termo de Referência, e por um período de tempo superior ao estipulado no item 8.27.1 do mesmo documento.

3.3. Ante o exposto, constata-se que a empresa cumpriu integralmente os critérios de qualificação técnica exigidos no instrumento convocatório.

6. DAS ANÁLISE DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

6.1. No que tange ao atendimento das demais exigências do Edital, a empresa cumpre todos os requisitos, conforme demonstrado, a seguir:

FASE DE JULGAMENTO - EDITAL DO PE Nº 14/2023 (SEI Nº26154550)			
ITEM	DESCRIÇÃO	SEI	SI
6.1.1	SICAF	27399335	
6.1.2.	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União		
6.1.3.	Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União		
6.3.1.	Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas		

HABILITAÇÃO JURÍDICA - ANEXO I DO EDITAL PE Nº 14/2023 (SEI Nº 2615455)			
ITEM	DESCRIÇÃO	SEI	SI
8.7	Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;	27399335	

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA - ANEXO I DO EDITAL PE Nº 14/2023 (SEI Nº 2615455)			
ITEM	DESCRIÇÃO	SEI	SI
8.12.	Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso	27399335	
8.13.	Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional		
8.14.	Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)		
8.15.	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;		
8.16.	8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual		
8.17.	8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre		

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - ANEXO I DO EDITAL PE Nº 14/2023 (SEI Nº 2615455)			
ITEM	DESCRIÇÃO	SEI	SI
8.20.	Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor	27399324	
8.22.1.	Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)	27399324 27446068	
8.22.2	Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;	27399324 27450617	
8.22.3.	Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;	27399324 27450617	
8.23. e seguintes	Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante	27399324 27450617	
8.23.2.	Diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.	27399324 27450617	

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL - ANEXO I DO EDITAL PE Nº 14/2023 (SEI Nº 2615455)			
ITEM	DESCRIÇÃO	SEI	SI
8.32.	Declaração instalação escritório		

7. CONCLUSÃO

7.1. Diante da análise empreendida e amparada pelo pronunciamento da unidade técnica demandante, esta pregoeira se manifesta pela **ACEITAÇÃO** da proposta comercial e pela **HABILITAÇÃO** da empresa **G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o

nº 07.094.346/0001-45, com o valor total de R\$ 4.125.798,60 (quatro milhões, cento e vinte e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos) no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 14/2023.

Atenciosamente,

LIDIANNY ALMEIDA DE CARVALHO

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por LIDIANNY ALMEIDA DE CARVALHO, Pregoeiro(a), em 02/04/2024, às 14:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **27211492** e o código CRC **04975958**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.